



## BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E PARÁ COLONIAL

Thiago Sousa da Silva<sup>1</sup>  
Joaquina Ianca Miranda<sup>2</sup>  
Ramily Maciel Matos<sup>3</sup>  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo busca tratar da educação colonial durante os séculos de permanência dos jesuítas no Brasil e no Pará, por meio de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020. Sendo assim, tem-se como objetivo compreender as principais características da educação no período colonial no Brasil e no Estado do Pará, estabelecendo como recorte temporal o período de 1549 a 1759. Aponta-se como principal característica dessa educação, tanto no contexto do Brasil, como no Grão-Pará, a reflexão de uma massiva imposição dos interesses da cultura portuguesa sobre os gentios com a finalidade de extirpar os costumes nativos e doutriná-los para a utilização dos mesmos como mão de obra desempenhada nas colônias lideradas por jesuítas. Se tratava de uma educação classista e doutrinária, que se constituiu determinante na difusão dos conhecimentos necessários para cada estrato da sociedade colonial e responsável pelo ensino público por dois séculos. Marcada pela religiosidade e tendo sua organização, operação e metodologia de ensino subsidiada na doutrina cristã.

**Palavras-chave:** História da educação, Brasil Colônia, Pará Colonial, Educação Jesuíta.

### INTRODUÇÃO

Baseado no acervo bibliográfico de produções historiográficas referentes aos anos de 1549 a 1759, sob o olhar da educação no Brasil e Pará colonial, este trabalho busca desenvolver observações pertinentes ao que tange a forma de ensino e aprendizagem frequentes no período colonial. Concomitantemente, proporcionará uma melhor abordagem referente ao olhar dos autores Silva e Amorim (2017), tendo esses autores um olhar crítico da educação colonial no Brasil. E dar-se-á destaque ao pensamento dos autores Rodrigues (2011) e Ribeiro (2013) ao se explicar sobre o ensino no Pará Colonial.

Assim como fundamento histórico sobre o processo de educação dos jesuítas no Brasil colonial, esboçando subsídios para conhecimentos prévios de autores de grande relevância, como Casemiro, Chambouleyron, Santos e Saviani, os autores Silva e Amorim (2017) tiveram

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, thiagoviseu@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, joaquinaianca@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, ramilymaciel@outlook.com;

<sup>4</sup> Professor Titular de História na Faculdade de Educação no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará -UFPA, paulosac@ufpa.br.



como enfoque apontar traços da atuação pedagógica dos Jesuítas no ensino dos gentios, filhos dos colonos, bem como a educação e a instrução dos órfãos de posse, além de evidências que indicassem a instrução para os estratos da sociedade colonial. Ao se falar do contexto paraense, tomamos por base o trabalho da autora Rodrigues (2011) que faz um aparato geral do processo educacional visando compreender o processo de fabricação social dos indivíduos neste período apontando suas principais características e elementos centrais deste debate. Desta forma, pretende-se através destes compreender as principais característica da educação no período colonial no Brasil e no Estado do Pará, compreendendo as estratégias educacionais e práticas pedagógicas instituídas neste período e respondendo ao seguinte questionamento: Quais as principais características da educação no Brasil e Pará Colonial no período de 1549 a 1759?

## **METODOLOGIA**

Para executar esse estudo, fizemos uso de uma pesquisa de abordagem qualitativa caracterizada como bibliográfica e desenvolvida no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020. Segundo Severino (2007), a “[...] pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...]” (SEVERINO, 2007, p. 122). Para acessar esses registros, utilizou-se plataformas virtuais de revistas e acervos científicos, construindo o levantamento bibliográfico inicial. Tomou-se como pressuposto a filtragem dos textos pesquisados, utilizando como critério a abrangência do texto no tema supracitado. Como resultado, foram selecionados os textos base para a elaboração deste artigo.

Quanto à organização estrutural do texto, optamos por dividi-lo em duas seções, além de algumas reflexões finais presentes na conclusão deste artigo. Em um primeiro momento, apresentamos uma discussão sobre a educação no Brasil colonial, para então, explanarmos sobre como se deu os processos de ensino no Estado do Grão-Pará.

## **A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL**

O período que compreende o século XVII, é um período, no que diz respeito à educação no Brasil e no Estado do Maranhão e Grão-Pará – nomenclatura referente a área que compreendia o atual Estado do Pará - em que ocorre a implantação e a consolidação do



projeto catequético-educacional. “Os jesuítas criam áreas [...] para realizar a catequese, nelas a verdadeira teocracia jesuíta era colocada em pratica com a finalidade de extirpar os costumes nativos, dentre eles, as bases da organização tribal” (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 386), desta forma, a educação deste período esteve intrinsecamente ligada às ações jesuítas e da Igreja católica estabelecidas no Brasil. Essa relação só foi modificada com as reformas pombalinas, que se contrapuseram “[...] ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução” (SAVIANI, 2011, p. 114).

Limitamos esta análise ao ano de 1759, em que se iniciam as aulas régias, modelo educacional criado pela Reforma de Marquês de Pombal em 1759, e, conseqüentemente, a educação brasileira passa a ter novas características. Para que se possa ter uma visão completa sobre a educação colonial até este marco, é preciso que se compreenda os momentos históricos e processos de educação, isso pode ser possível ao se explicar as ações dos Jesuítas e a influências de outras orientações religiosas, demonstrando características e peculiaridades do ensino colonial.

A ação dos jesuítas na instrução dos gentios e crianças no período colonial teve enfoques distintos que perpassaram desde a doutrinação cristã dos gentios, o ensino das primeiras letras para as crianças, ensino de ofícios para os trabalhadores pobres livres e até o ensino das humanidades latinas para os filhos da elite colonial. Forneceu à sociedade colonial brasileira indivíduos que possuíssem os conhecimentos necessários para a civilidade, manutenção do poder estabelecido e a obediência à fé católica. Assim, compreende-se que a ação "docente" dos jesuítas, desenvolvida na Colônia, configurou-se como determinante na difusão dos conhecimentos necessários para cada estrato da sociedade colonial (SILVA; AMORIM, 2017, p. 195).

Vindos de Portugal com intuito de atender os propósitos da colonização de novas terras, a primeira posição dos religiosos era doutrinar para escravizar os nativos, por esse motivo as primeiras letras ensinadas aos indígenas em nenhum momento teve a intenção de prepará-los para uma vida baseada de estudos e de ascensão na vida social, e sim usada como modelo de dominação mediante o que Silva e Amorim (2017) destacam em seu texto como “civilizar pela palavra”, que é uma das características desse processo a conversão dos índios à fé católica. “Encarregados da dilatação da Fé, já que a do Império não cessava de alargar os navegadores lusitanos que cruzavam todos os mares, os jesuítas do Brasil dedicaram-se ardorosamente à catequese” e mantendo assim o ensino público por mais de dois séculos (VIANNA, 1945, p. 373).



Vale também ressaltar que a catequese “enquanto prática de doutrinação concatenada com o ensino dos conhecimentos elementares para a formação moral e cristã das crianças, implicou em transformações significativas na vida dos jovens índios” (SILVA; AMORIM, 2017, p. 192) possuía grau de ensino diferenciado de acordo como o estrato social dos indivíduos, em níveis distintos de instrução, “para os índios, os rudimentos da língua e os ofícios; para os brancos libertos, os rudimentos da escrita, da leitura e os ofícios; para as classes abastadas, os ensinamentos superiores que garantiriam a manutenção da estrutura de poder; já para os escravos africanos e alforriados, os ofícios” (SILVA; AMORIM, 2017, p. 187).

Segundo a análise empenhada por Silva e Amorim (2017), a educação era oferecida aos gentios e as crianças tinham metas a serem cumpridas, do qual diferenciava a educação que voltava-se para pessoas da elite tomando conta dos negócios da família, a educação feminina que tinham como aprimoramentos para cuidar da casa e do marido com formação voltada ao cunho moral e religioso, a pessoas brancas menos abastadas eram aquelas que aprendiam ofícios, ler, escrever e contar, sendo isso de acordo com a organização de classe de cada uma. A educação com melhor desempenho era aquela oferecida aos filhos dos nobres que iriam futuramente tomar frente aos negócios da família, os mais pobres longes destes aprendiam a contar, as letras e ofícios e como ressaltado na obra a educação no Brasil permaneceu com grande característica da educação dos inicianos (AMORIM; SILVA, 2017).

Em um todo, neste momento, percebe-se que a educação das crianças indígenas era de interesse dominante no aprender como se comportar e manter a fé católica como a principal nas colônias. Logo após a expulsão dos jesuítas foram mudadas a maneira de educação sofrendo influência das ideias iluministas, estas foram adotadas trazendo em si uma educação voltada ao saber científico, mas que continuou com fortes traços da educação jesuíta sendo ela a principal característica do período colonial (AMORIM; SILVA, 2017).

De acordo com Lorenz (2018) a Companhia de Jesus adotava o *Ratio Studiorum*, como seu manual de ensino que delineava as políticas e os procedimentos que regulavam a ministração, os currículos e as práticas de ensino nas instituições educacionais jesuítas na Europa e suas colônias, embora não seja possível saber até que ponto a pedagogia dos jesuítas brasileiros alcançou as expectativas da companhia, estes autores afirmam, com razoável certeza, que eles foram fiéis a sua profissão e as diretrizes do *Ratio*.

O *Ratio Studiorum* definiu a organização, a operação e a metodologia de ensino dos colégios jesuítas durante a maior parte do Brasil Colônia, que se estendeu desde abril de 1500, quando os primeiros exploradores portugueses pisaram na costa brasileira, até julho de 1822, quando o Brasil declarou sua



independência de Portugal. [...] Durante esse período, a rede de colégios da Companhia predominou no ensino secundário no país; poucas outras opções existiam no início do período colonial que preparavam os brasileiros para estudos universitários em Portugal. O *Ratio Studiorum* era um documento de intenção ampla e de aplicação universal. Suas regras se aplicavam a todas as instituições jesuítas nos países europeus e suas colônias (LORENZ, 2018, p. 27).

Este manual estabeleceu para os estudos a cargo dos jesuítas três cursos, o de artes, que compreendia o estudo de filosofia e ciências, com durabilidade de três anos, o de teologia e ciências, no qual se aprendia física e ciências naturais, e o de teologia e de ciências sagradas em que desempenhava-se o estudo da física especial (VIANNA, 1995). “Os resultados dessa instrução confiada aos jesuítas não se fizeram esperar muito [...] dirigida de preferência aos indígenas catequisados e, conseqüentemente, não indo muito além das primeiras letras” e quando direcionada aos filhos dos colonos atingia o ensino de segundo grau, e seguiam ao reino (Europa) se quisessem prosseguir (VIANNA, 1945, p. 378).

A educação das meninas era voltada para a casa, mas ia além disso, aprendia-se a ser submissa ao seu marido, respeitadora e que nos conventos aprendiam uma educação ilibada que significa uma educação limpa, aprendendo a controlar seus desejos (SILVA; AMORIM, 2017). Assim como limitada ao sexo do aprendiz, a educação dos órfãos era condizente com a condição da família a qual pertencia, limitando o tipo de educação que iriam receber.

A característica principal da educação aqui presente reflete a uma massiva imposição dos interesses da cultura portuguesa sobre os indígenas que em contrapartida faziam parte da mão de obra desempenhada nas colônias e exercendo cargos de ofícios que eram determinados pelos líderes jesuítas.

Importante ressaltar que, a idéia pedagógica adotada pelos inacianos, no que cerne a educação da elite, era louvável, uma vez que tomaram frente de vários modelos educativos na perspectiva de desenvolver uma educação da mente, corpo e espírito (AMORIM; SILVA, 2017), sendo esta completa em todos seus âmbitos, e proporcionou “[...] a formação de uma elite apta a modelar perfeitamente os seus destinos políticos e sociais, uma vez chegada a oportunidade da separação dos países componentes da monarquia dual (VIANNA, 1945, p. 391).

Porém, esta colocação não pode sintetizar o ensino deste período, o que fala muito alto na história da educação brasileira - e que deixa raízes até a educação contemporânea - é o processo de aculturação indígena no procedimento de atribuição da cultura européia no seu modelo de vida, além do forte viés estatista dessa educação que era efetiva a poucos e



destinada apenas ao ensino do ofício a muitos, tornando-a segregadora e a caracterizando como dual desde o período colonial.

Destaca-se que, muito embora se dei um olhar atento a instrução jesuítica, ao lado deles “[...] inferiores em número e em serviços relacionados com o ensino, outras ordens religiosas antes de finalizar o século XVI, já se haviam estabelecido no Brasil, em suas abadias e conventos também se dando instrução, pública ou circunscrita aos seus” (VIANNA, 1995, p. 379).

## **A EDUCAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ<sup>5</sup>.**

No processo de aculturação a catequese teve suma importância para a civilização dos povos brasileiros no período colonial, mas “vale salientar que o processo de colonização não foi homogêneo em toda a extensão do território, muito menos foi harmônica a ocupação” (AMORIM; SILVA, 2017, p.188). A implantação dos jesuítas no Estado do Grão-Pará foi tardia e lenta, tanto devido à instabilidade política e econômica durante o seiscentos quanto em razão da ambiguidade jurídica no que diz respeito ao trato dos índios, a principal mão de obra disponível na região, interferências diretas na metrópole, por parte dos padres, e levantes violentos dos moradores marcaram a implantação dos religiosos, que viram na introdução de todas as etapas de formação interna um meio para garantir não só uma consolidação da própria Missão, mas também uma catequese mais eficaz junto aos indígenas sob sua tutela imediata (ARENZ, 2016).

Até a primeira metade dos anos setecentos as atividades educacionais dos religiosos pelo interior do Estado do Grão-Pará foram expandidas e os conteúdos transmitidos em seus estabelecimentos foram diversificados. Teve início com as missões jesuíticas que foram aldeamentos indígenas administrados por religiosos com o objetivo de evangelizar para civilizar, “[...] pela evangelização, procuraram criar ‘bons súditos’ para Deus e o rei, dosando com eficácia e argúcia a recompensa e a punição” (RODRIGUES, 2011, p. 86), recorrendo a técnicas que recorriam ao uso da língua nativa, encenações teatrais, e, entre outras estratégias que pudessem introduzir valores europeus aos nativos (RIBEIRO, 2013). Esse modelo de

---

<sup>5</sup>“O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi uma unidade administrativa portuguesa na América do Sul. Criado com a denominação de Estado do Maranhão em 13 de junho de 1621, por Filipe II de Portugal (ou Filipe III da Espanha), no Norte da América Portuguesa (atual Brasil), e renomeado Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654, e Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, o qual foi dividido em 1772.No seu período áureo, sua extensão territorial abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima” (<https://pt.wikipedia.org/> acesso em 29.10.2020).



“civilização” nasceu no bojo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e é marca do período colonial, um conceito de civilidade que se associa ao massacre de indígenas, tráfico negreiro e guerras coloniais, uma barbárie civilizada conduzida pelos impérios economicamente mais avançados (COLARES, 2003).

Como se sabe por meio do processo de catequização dos indígenas, os jesuítas contribuíram para o processo de colonização e ocupação do território brasileiro, ajudando a consolidar o domínio português na Colônia. A catequização constituía-se num esforço de civilização dos índios, com o intuito de integrá-los à sociedade portuguesa colonial como vassallos da Coroa e defensores de seus interesses. E mesmo os jesuítas sendo contra a escravização indígena, o que gerou ao longo da história da Amazônia colonial rebeliões de colonos contra esses padres jesuítas, motivadas pelo empenho destes em impedir a escravização indígena é possível afirmar que tal processo civilizador também auxiliou a escravização indígena, com a distribuição de índios, catequizados e civilizados, às fazendas para trabalhar. Pois, eles passavam a ser tratados como escravos da terra (RIBEIRO, 2013, p. 2-3).

Desta forma, o objetivo dos religiosos era construir uma nova sociedade, pensada em termos de uma proposta próxima ao estilo de vida dos nativos, mas associada à concepção de disciplina e dever imposto como regra de vida pessoal e coletiva, em que o rigor e a austeridade se estendia a todos, e o fruto do trabalho repartido entre todos, mas não em partes iguais, instalando nessa doutrina a razão fundante da contradição do projeto evangelizador jesuítico, em que ao libertar pela evangelização e civilizar para o convívio os indígenas, fazendo-os membros de suas comunidades organizadas em aldeias, povoações ou vilas, tornava-se claro que os mesmos eram inseridos no mundo dos homens europeus de forma assimétrica quanto ao usufruto dos bens e do poder existente nessas comunidades, no qual os indígenas eram súditos inferiores aos catequistas (RODRIGUES, 2011).

De acordo com Rodrigues (2011), a análise da educação dessa região no período colonial revela dois aspectos importantes, um relacionado ao sucesso da atuação missionária dos jesuítas e o outro às medidas legais tomadas após sua expulsão que data o período final de nosso recorte temporal. O sucesso da educação jesuítica é ancorado na busca do conhecimento da natureza indígena e na adaptação dos métodos educacionais europeus às características da missão político-religiosa encejada (RODRIGUES, 2011).

Assim, os jesuítas dedicavam suas vidas procurando atingir suas metas básicas: a expansão da fé cristã e a presença da Companhia de Jesus em toda a Amazônia, enfrentando os rigores da selva, vivendo frugalmente, conquistando a confiança do indígena, ensinando, corrigindo, estimulando e aperfeiçoando estilos nos mais variados ofícios. Nas cidades mais importantes foram criados estabelecimentos educacionais importantes,



destinados a preparar novos religiosos e os filhos dos colonos. Os principais colégios jesuítos foram o do Recife, o do Maranhão e o de Santo Alexandre no Grão-Pará. Fundado em 1653, o Colégio de Santo Alexandre manteve aulas de Teologia, Latim, Humanidades. Em 1695, o padre Bento de Oliveira, Reitor do Colégio, ministrou o primeiro curso de Filosofia no Grão-Pará. Suas aulas reuniram numerosos alunos religiosos de várias ordens, inclusive vindos de Coimbra, além dos jesuítos e pessoas importantes da cidade (RODRIGUES, 2011, p. 87).

Como já mencionado, a transformação nos objetivos dos missionários, que passam a se tornarem muito mais adeptos do enriquecimento material que evangelizador e civilizador, são o principal fator de sua futura expulsão, fragilizava-se assim “[...] a motivação inicial de sua ação evangelizadora e fortalecia-se o lado da exploração econômica do gentio que continuava sendo treinado e subordinado preferencialmente aos religiosos. Assim floresciam as fazendas da Companhia e seus demais empreendimentos” (RODRIGUES, 2011, p. 89), o que enfatiza o sucesso em sua pedagogia colonizadora que tornou a Ordem Religiosa tão poderosa quanto perigosa para o Estado português, que precisa então, se livrar da mesma para ter espaço e assumir a hegemonia.

No entanto, embora em 1459 se estipulem as Aulas Régias em todas as capitanias em um novo modelo educacional, criado pela Reforma de Marquês de Pombal em 1759, essa medida no caso específico da capitania do Grão-Pará, não mudou em quase nada o mapa educacional, devido a falta de profissionais laicos para implementar esse modelo, permanecendo uma formação típica do modelo jesuítico - no qual boa parte dos profissionais eram formados - e pertencentes a elite colonial ou da imitação da nobreza dirigente da capitania (OLIVEIRA; RAMALHO, 2002), cabendo ressaltar que a política educacional pombalina só ganha espaço entre os indígenas pela tutela eclesiástica anteriormente exercida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aponta-se como principal característica da educação colonial, tanto no contexto do Brasil, como no Grão-Pará, a reflexão de uma massiva imposição dos interesses da cultura portuguesa sobre os gentios com a finalidade de extirpar os costumes nativos e doutriná-los para a utilização dos mesmos como mão de obra desempenhada nas colônias lideradas por jesuítos, em que a educação foi usada como instrumento político para evangelização e “civilização” dos povos indígenas. Se tratava de uma educação classista e doutrinária, que se constituiu determinante na difusão dos conhecimentos necessários para cada estrato da





sociedade colonial e responsável pelo ensino público por mais de dois séculos até as primeiras tentativas de passar para o controle de mestres leigos, com as políticas pombalinas.

A educação colonial foi, então, marcada pela religiosidade e teve sua organização, operação e metodologia de ensino subsidiada na doutrina cristã e que objetivou formar “bons cristãos” e leais súditos ao império português. Mas se mostra como um processo que teve êxito em alguns aspectos e fracasso em outros, evidenciando uma distância entre os objetivos iniciais e finais que têm em seus últimos fins a lucratividade, em que se formava muito mais a mão de obra que o servo fiel ao estado. Nesse sentido, a educação, aliada a catequese, se constituía instrumento de controle e meio para implantar “um novo mundo” baseado em padrões de civilidade europeus.

Compreendemos que o objetivo de contribuir para a escrita da história da educação regional, a partir da exposição de algumas das historiografias produzidas, foi atingido, todavia, reconhecemos que esses são apenas breves apontamentos historiográficos que buscam sintetizar a educação colonial tanto no Brasil como no Pará e introduzir este importante e complexo debate no campo da História da Educação.

## REFERÊNCIAS

ARENZ, K. H. “Sem educação não há missão”: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). **Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História**, v. 13, n. 21, p. 1-20, 2016.

COLARES, A.A. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campinas, Faculdade de Educação, 2003.

LORENZ, K. M. Introdução a la Pedagogia Jesuíta no Brasil Colonial. Educação Humanista e o Ratio Studiorum. **Cadernos de Historia da Educação**, v.17, n .1, p.25-50, jan.-abr, 2018.

OLIVEIRA, J. P. G.; RAMALHO, B. L. AS AULAS RÉGIAS NA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ (1759-1808). In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: RN, 03 a 06 de novembro de 2002.

SILVA, G.; AMORIM, S. S. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 4, p. 185-196, 2017.

RODRIGUES, D. S. As razões de estado e seus fracassos no período colonial: memória da educação no Pará. **Revista Cocar**, v. 5, n. 10, p. 83-94, 2011.

ROSÁRIO, M. J. A.; MELO, C. N. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379-389, mar. 2015. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534/8093>. Acesso em: 29 mar. 2019.

RIBEIRO, L. M. **Jogos de interesses:** relação entre religiosos jesuítas e nativos no Grão-Pará Colonial. In: XXXII Encontro Nacional dos Estudantes de História – ENEH, 2013.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VIANNA, H. A educação no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 5, n. 15, 1945, p. 372- 392.